

As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920

I. INTRODUÇÃO

Apresenta este trabalho algumas conclusões de uma investigação que tem vindo a ser efectuada a partir de 1975 sobre o movimento grevista em Portugal desde o século XVIII até 1920¹.

A maior dificuldade que à partida enfrentámos resultou de serem muitíssimo escassos os dados fornecidos pelas estatísticas oficiais. Aparecendo com grande atraso e muito incompletas em comparação com as de países como a Grã-Bretanha e a França, os documentos oficiais portugueses só têm uma primeira alusão a greves de 1901², sendo a primeira estatística, muito incompleta, referente a 1903³. Para os serviços públicos nacionais, a greve não era ainda um facto social significativo que merecesse reflexão atenta e medidas que tocassem na organização da sociedade; era antes qualquer coisa de anómalo, estranho corpo segregado pela sociedade que a própria sociedade se encarregaria de eliminar. Assim se interpreta o que está dito no primeiro relatório:

As greves singulares que tem havido no País são esboços incertos da opinião mal formada dos trabalhadores, como não podia nem poderá deixar de ser enquanto a sua educação escolar e profissional permanecer no estado de atraso actual que nos causa a inferioridade nacional em concorrência com os outros povos cultos.

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Além de pesquisas pessoais, o trabalho tem-se desenvolvido em seminários que tenho orientado na Faculdade de Letras de Lisboa. A utilização básica de fontes jornalísticas exige uma vastidão de consultas que é inconciliável com o labor exclusivamente individual. Durante estes seis anos intervieram no trabalho mais de duzentos colaboradores, que consultaram milhares de exemplares de jornais, ao mesmo tempo que um grupo permanente revê os dados recolhidos e tenta preencher as lacunas informativas mais graves. É de salientar que toda esta investigação tem sido realizada sem o suporte de qualquer instituição ou subsídio, apenas apoiada no desejo de realizar uma obra que se nos afigura útil para o conhecimento da nossa contemporaneidade.

A primeira parte do trabalho, que chega a 1890, encontra-se na fase final de preparação, esperando-se que em breve seja publicada.

² *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 19, Lisboa, 1907, p. 27.

³ *Ibid.*, n.º 81, Lisboa, 1919.

Tivemos de nos apoiar, assim, quase exclusivamente, em fontes de natureza jornalística que exigem um trabalho de recolha de dados moroso e delicado pelo muito elevado número de periódicos que é necessário consultar e pela severa vigilância crítica com que esses dados têm de ser joiados. Começámos sempre o estudo de cada ano pelos jornais diários e nacionais e, acabados estes, passámos aos profissionais e locais; assim fomos tentando avançar — quantas vezes, porém, com escasso êxito — nos aspectos controversos e omissos de cada greve⁴.

A investigação arquivística foi pouco frutuosa: ou não nos foi facilitada a consulta (casos do Ministério do Trabalho e governos civis), ou não encontrámos qualquer informação (Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Instituto Nacional de Estatística, Sociedade da Voz do Operário); uma excepção, apenas, para o Arquivo Histórico Militar, onde recolhemos abundantes informações sobre intervenções repressivas de forças militares nos movimentos grevistas.

Por vezes foi utilizada com proveito a recolha de depoimentos orais de velhos operários, especialmente em Setúbal e na Marinha Grande.

O curto trabalho que apresentamos agora, na impossibilidade de abarcar todo o longo período que temos estudado, faz um tratamento estatístico com maior profundidade dos trinta anos de 1871 a 1900.

A lista dos jornais consultados será dada apenas quando da publicação do trabalho completo, sendo então sumariamente caracterizada cada greve e indicadas as fontes utilizadas caso a caso.

II. METODOLOGIA

Um dos aspectos mais importantes que para nós apresentava o tratamento estatístico sistemático das greves era a possibilidade de introduzir um expressivo elemento de quantificação no estudo do movimento operário. Sabemos que fontes de natureza memorialista e biográfica continuam a ter grande interesse e são, em muitos aspectos, insubstituíveis. Mas o estabelecimento de uma base quantificada permite abordar com maior rigor questões relevantes da história do movimento operário que, quantas vezes, têm andado ao sabor dos esquemas e juízos prévios dos autores.

A quantificação neste domínio parecia-nos, pois, um passo muito importante, diríamos mesmo indispensável, para fazer sair o estudo do movimento operário português das interpretações e reinterpretações sucessivas em que tem girado, a partir dos mesmos dados. Sendo por essência o domínio da repetição e, como tal, a rejeição do excepcional, a quantificação não é, porém, capaz de captar a infinita variedade de aspectos diferentes

⁴ Apesar do elevadíssimo número de jornais consultados, admitimos ficar a nossa informação aquém da realidade, pois de muitas greves não teria ficado notícia escrita. As greves de pequena duração e amplitude, não constituindo acontecimentos sociais de relevo, não são merecedoras de espaço na imprensa, ou são relatadas de maneira que dificulta a sua compreensão. Em contrapartida, porém, não poderemos aceitar como verdadeiras as informações veiculadas por alguns órgãos favoráveis aos operários, como, por exemplo, *A Marselhesa* de 28 de Janeiro de 1897, que diz ter havido, no nosso país, em 1893, 634 greves e 170 123 grevistas; em 1894, 391 greves e 54 576 grevistas; em 1895, 405 greves e 15 081 grevistas; e, em 1896, 465 greves e 52 500 grevistas. Trata-se, com toda a evidência, de um empolamento muito exagerado do movimento grevista.

e a riqueza dos casos que não são quantificáveis. Debaixo do mesmo número encontram-se realidades diferentes, uma complexidade e uma riqueza que nunca poderão ser expressas pela representação numérica. Não há uma greve que seja igual a outra. E é impossível quantificar toda esta imensa variedade e riqueza de factos. Mas não há dúvida, também, de que só a quantificação permite dar a exacta medida da frequência com que alguns dos mais expressivos fenómenos se repetem e, a partir daí, avaliar a sua importância. Neste campo, pelo menos, a quantificação não é tudo: não se poderá negar a importância de um fenómeno apenas pelo facto de ele não se repetir com frequência, mas também é certo que um facto que se repete com frequência será, em princípio, significativo.

Tentámos obter respostas quantificadas a numerosos aspectos, entre os quais: número de greves anuais e mensais e das greves gerais e vagas de greves; profissões e ramos de actividade dos grevistas; localização geográfica; motivos; resultado das greves (vitória total, vitória parcial, derrota, resultado indeciso, resultado desconhecido); greves ofensivas e defensivas; duração; número de grevistas; greves espontâneas e «enquadradas»; greves com apoios exteriores; greves que sofreram intervenção de forças repressivas; greves com mediação (Estado, órgãos previstos pela lei, organizações operárias ou entidades particulares).

A sistematização destes dados foi feita numa ficha com a seguinte estruturação:

1. a) Data (início) da greve.
b) Duração.
2. a) Sector de trabalho.
b) Ramo de actividade.
3. Estabelecimento e local.
4. Número de operários:
a) Do estabelecimento.
b) Em greve.
5. Motivo da greve. Situação concreta que a justifica.
6. Apoio da associação ou organização da classe respectiva.
7. Solidariedade e simpatia de outras greves, movimentos, organizações ou personalidades.
8. Resultado da greve (vitória, vitória parcial, derrota, resultado indeciso, resultado desconhecido).
9. Desenvolvimento:
Comícios, reuniões ou manifestações.
Negociações com autoridades locais ou centrais. Mediações.
Grau de agressividade dos grevistas. Violências. Intervenção das forças repressivas.
Ocupação dos tempos livres.
Ligação com a população: manifestos explicativos das greves.
Como se propaga a greve, porquê e como se transforma em greve geral, factores de difusão, papel da imprensa.

FONTES

O objectivo é submeter cada greve a um questionário que permita caracterizá-la tão completamente quanto possível. A partir das rubricas

desta ficha é que foi feito o tratamento estatístico, o que exige uma base quantitativa suficientemente vasta. É a amplitude da base quantitativa que determinará a solidez e o valor científico da análise estatística. Lembramos esta verdade elementar dada a diferença entre o número de greves apontado nos trabalhos mais completos até agora publicados e o número por nós detectado, que nalguns períodos é quinze vezes superior. Isto aconselha grande precaução nas conclusões, que serão inevitavelmente muito diferentes num e noutro caso.

A partir daqui fomos tentando estabelecer algumas correlações que nos permitissem uma mais precisa determinação da envergadura e características do movimento grevista: número de dias em *inlavor* ou *intensidade* (produto do número de grevistas pelo número de dias em greve), *amplitude média* (resultante da divisão do número de grevistas pelo número de greves), *duração média por greve* (resultante da divisão do número total dos dias de greve num ano pelo número de greves), *duração média por grevista* (resultante da divisão do número de dias em *inlavor* pelo número de grevistas), *resultados* e *organização* (relações entre o número de greves vitoriosas e as que tiveram apoio organizativo, por um lado, e o número de greves derrotadas e as que não tiveram apoio organizativo, por outro), *resultados* e *motivações* (ao longo dos anos, quais os motivos que registam maior número de vitórias e quais os que obtêm maior número de derrotas), *resultados* e *duração* (em que anos é maior a percentagem de vitórias do patronato nas greves curtas), *motivação* e *natureza* (relação entre as causas das greves e o carácter ofensivo ou defensivo que assumiram, o que nos permite avaliar quais os motivos que predominantemente lançam o movimento operário na ofensiva, *duração* e *natureza* (para saber, a partir da duração média, se são mais prolongadas as greves ofensivas ou as defensivas), *profissão* e *natureza* (que nos permite avaliar quais as profissões que mantêm atitudes predominantemente ofensivas e defensivas), *greves operárias* e *greves de serviços* (comparar as percentagens de umas e outras greves para saber em que períodos e por que razões as segundas têm presença relevante em face das primeiras, que são normalmente francamente maioritárias) ⁵, *greves* e *dimensão das empresas* (em que anos é maior a percentagem de vitórias do patronato na pequena indústria? Dimensão dos estabelecimentos e natureza ofensiva ou defensiva das greves. Qual a percentagem de greves que houve, em cada ano, na grande e na pequena indústria? E, em cada ano, qual a percentagem de vitórias e derrotas numa e noutra?), *violência* e *natureza* (das greves ofensivas e defensivas, quais as que registam maior percentagem de confrontos com forças repressivas e cenas de violência?), *resultados* e *natureza* (que nos permite avaliar se é na atitude ofensiva ou defensiva que o movimento operário alcança maior percentagem de vitórias).

Cada greve, além da ficha, tem um *dossier* com todas as informações que sobre ela foram recolhidas, tendo sido igualmente organizados *dossiers* documentais com elementos que, embora não dizendo respeito directamente à greve, permitem o seu melhor enquadramento e compreensão.

⁵ Charles Tilly e Edward Shorter («Les vagues de grèves en France, 1890-1968», in *Annales*, Julho-Agosto de 1973, p. 878) chamam-nos justamente a atenção para a importância deste facto, afirmando que antes da segunda guerra mundial predominam esmagadoramente as greves operárias e só depois o sector dos serviços entra em maior dinamismo.

A partir das fontes jornalísticas em que quase exclusivamente nos apoiámos, tivemos, porém, grandes limitações informativas em algumas das mais importantes rubricas, em especial quanto ao número de grevistas, duração da greve e seus resultados. Há anos em que as informações sobre estes pontos cobrem menos de metade das greves detectadas, o que prejudica o rigor das conclusões e dificulta ou mesmo impossibilita o estabelecimento de algumas correlações atrás enunciadas (por exemplo, *intensidade e amplitude média*).

Outras dificuldades não menores vieram da necessidade de estabelecimento de critérios com suficiente grau de solidez e rigor que garantissem o nível científico das conclusões através da unificação dos princípios e das mais importantes noções.

Mas não nos iludamos: fazer isso é indispensável, mas está longe de permitir o estabelecimento de bases e meios de análise incontroversos, perante a imensa variedade de situações e os aspectos tão inesperados que nos surgem. Sobre alguns conceitos fundamentais, grandes especialistas estrangeiros e estudiosos nacionais não nos apresentam, em geral, posições suficientemente definidas nem coincidentes. A vasta experiência destes mais de seis anos de estudo das greves mostra-nos haver grande número de casos que não cabem nos critérios previamente adoptados. É em face de cada situação concreta que muitas vezes temos de optar pela solução que contenha menor número de inconvenientes. Poderíamos mesmo dizer que, ao longo dos nossos estudos, são poucas as greves em que algum dos seus aspectos mais característicos não esteja por determinar incontroversamente.

Começemos, pois, por precisar alguns dos mais importantes conceitos que iremos utilizar.

Em primeiro lugar, o que é uma greve? Para haver greve é suficiente que se verifique uma cessação simultânea de trabalho com o objectivo de alcançar determinado benefício ou preservar uma situação existente? Ou é necessário que essa paralisação tenha uma duração mínima? E será necessário saber também por quem (posição que ocupa no sistema das relações sociais) e em que condições essa actividade é paralisação?

Em nosso entender, o aspecto da duração da paralisação é insignificativo para caracterizar a greve. Concordamos, assim, com a generalidade dos autores, nomeadamente Michelle Perrot, que, apoiando-se na disposição legal francesa de 4 de Julho de 1894, define que a cessação colectiva de trabalho deverá ser considerada greve qualquer que seja «o número dos que nela participam e seja qual for a duração, nem que seja por algumas horas»⁶.

É preciso, porém, que estejam cumpridas outras condições. Entre estas a mais importante é que exista, na origem, uma situação conflitual entre trabalhadores e aqueles de quem estes estão dependentes. Excluir-se-ão, pois, as chamadas «greves» de estudantes⁷.

⁶ *Les Ouvriers en Grève* (Paris, Mouton, 1974), que consideramos o mais importante trabalho até hoje publicado sobre greves e em que muito nos apoiámos do ponto de vista metodológico.

⁷ Esta posição, porém, não é incontroversa. A designação de «greve de estudantes» entrou na linguagem comum, embora ainda no nosso século, sobretudo para as paralisações dos estudantes, fosse muito utilizada a expressão *parede*. Autores de reconhecida competência, como Georges Lefranc (*Grèves d'Hier et d'Aujourd'hui*,

Há situações inequívocas: as dos operários das empresas industriais, dos assalariados rurais, dos próprios funcionários da Administração e dos serviços públicos, dos pescadores a trabalhar por conta de outrem, dos assalariados no ramo dos transportes e comunicações, dos carregadores, entre outras.

Mas outras situações não são tão claras. Vejamos, por exemplo, o ramo do comércio. Considerámo-los sempre como greves as paralisações dos empregados de comércio resultantes de conflitos com o proprietário da unidade comercial ou seus representantes. Mas, quando uns e outros acordam em paralisar a actividade para protestar contra o aumento de impostos sobre a actividade comercial e outra legislação, contra a elevação do custo de vida, que lhes reduz o mercado, ou contra medidas que levam à redução da sua margem de lucro, ou como considerar os produtores-comerciantes, com tão grande peso na sociedade portuguesa (artesanos, hortelãos que vendem os seus produtos nos centros urbanos, etc.), apenas para citar alguns dos muitos casos concretos que neste ramo nos surgiram? Embora as situações nem sempre sejam muito claras e tenham uma boa margem passível de controvérsia, optámos normalmente por considerar como greves as paralisações dos comerciantes, pois mesmo os casos porventura mais discutíveis do patrão-comerciante resultam de conflitos com o Estado, tendo uma acentuada carga política ⁸.

E que dizer das paralisações que envolvem os que, sendo patrões, trabalham ao lado do assalariado, sendo o lucro que obtêm idêntico ao salário que pagam a cada trabalhador (alfaiates, marceneiros, carpinteiros, cabeleiros, etc.)? E as cessações de trabalho dos que, embora proprietários das suas pequenas oficinas e podendo até dispor de assalariados, na realidade não são independentes, pois estão submetidos ao fornecedor de matérias-primas, que é também quem lhes compra o produto? São situações que surgem com maior frequência em países como o nosso, em que as estruturas produtivas e o tipo de terciário característicos do Antigo Regime são mais persistentes. Tendo em vista a opção que apresentava menos inconvenientes, considerámos greves os casos em que patrões e assalariados tinham cessado a actividade, mesmo quando a iniciativa e a orientação do movimento partia dos primeiros.

Uma coisa é certa: à luz dos conhecimentos gerais que temos actualmente e também das características da estrutura de cada sociedade é que deve ser exactamente determinado o conceito de greve. Não nos iludamos, pois, com as designações atribuídas pelos contemporâneos, muitas vezes conduzidos por motivações meramente circunstanciais. Muitos manifestos, proclamações e jornais operários mostram visivelmente haver a intenção de fugir às consequências repressivas de um acto formalmente proibido pelo Código Penal de 10 de Dezembro de 1852, cujo artigo 277.º é repetido no de 16 de Setembro de 1886, só pelo Decreto de 6 de Dezembro de 1910 tendo sido pela primeira vez regulamentado o seu direito; outras vezes, perante um ambiente social hostil aos movimentos grevistas, tentam iludir a situação para não atrair sobre os grevistas a antipatia das populações. Por uns e outros motivos, lê-se com frequência que «não houve

Paris, Ed. Aubier-Montaigne, 1970), não hesitam em chamar-lhes greves, as quais, assim, poderiam ser consideradas fora do plano exclusivamente laboral.

⁸ Reconhecendo, porém, haver alguns aspectos equívocos nas greves de comerciantes, e para que se saiba em que medida contribuíram para a contagem, serão em cada ano indicados o seu número e localização.

greve, houve sim *paredes*, ou que «alguns caluniadores dizem que os operários fizeram greve, quando a verdade é que nada disso houve, pois eles se limitaram a paralisar a actividade e os verdadeiros responsáveis são os patrões»...

A determinação do número de greves também levanta dificuldades com frequência. Greves em unidades e locais diferentes, mas com algum nexo entre si, em que circunstâncias deverão ser consideradas como uma mesma greve, em que circunstâncias deverão ser contabilizadas tantas greves quantos os estabelecimentos e os locais?

Quando existe uma unidade temporal e espacial, na origem se encontra o mesmo motivo e há uma visível ligação e acordo entre os grevistas, deverá ser considerada uma única greve, indicando-se explicitamente, se possível, o número de estabelecimentos e locais envolvidos. A adopção deste critério é-nos muitas vezes imposta, mesmo, pela falta de informações sobre quantas e quais as unidades e os lugares em greve. Com efeito, acontece com frequência, por exemplo, dizer-se estarem em greve várias marcenarias de Lisboa, ou operários de várias obras de construção civil de determinada cidade, ou os assalariados rurais de vários lugares de certa região, sem indicação do número de estabelecimentos, obras ou lugares. Se o motivo for o mesmo, se entre os movimentos grevistas houver articulação e a mesma causa, não temos dúvidas em considerá-los como uma mesma greve. Mas, repetimos, a experiência adquirida leva-nos a considerar não haver regras inteiramente válidas para todas as situações. É em face de cada caso concreto, sempre com aspectos diferentes de um para outro, que se poderá saber qual a melhor opção.

Uma outra designação que convém precisar é a de *greves gerais*, nas quais estão contidos diversos movimentos que são contados como um único desde que haja simultaneidade e articulação causal, mesmo que não tenham exactamente a mesma causa (por exemplo, uma greve geral de simpatia para com uma outra greve, sendo esta motivada por qualquer outra razão). Considerámos, assim, como greves gerais as dos trabalhadores de uma profissão num centro, as dos trabalhadores de todas as profissões num mesmo centro, as dos trabalhadores de uma ou mais profissões de uma região ou de todo o país, as dos trabalhadores de todas as profissões de um país.

Os casos das greves gerais mostram-nos mais expressivamente como pode ser enganadora uma simples contagem do número de greves para que se possa fazer uma correcta avaliação da envergadura do movimento grevista. Com efeito, nessa contagem pesará da mesma maneira tanto a greve geral, que envolve muitos estabelecimentos e elevado número de trabalhadores, como a greve da pequena oficina de marcenaria. Para ultrapassar esta dificuldade, assinalamos o número, dimensão e características das greves gerais que tiverem ocorrido em cada ano. Considerando assim ser insuficiente a avaliação da envergadura do movimento grevista apenas a partir do número de greves (*frequência*), nos trabalhos a publicar mais tarde entraremos também em linha de conta com o número de grevistas (*extensão*) e o número de dias em *inlabor* (*intensidade*), embora a exiguidade das informações sobre estes dois últimos aspectos imponha particular precaução nas conclusões⁹. Significativos, também, os dados que nos futu-

⁹ É muito difícil saber o número exacto de grevistas. Com muita frequência, os jornais não dão informações coincidentes. Outras vezes, os números são arredondados,

ros trabalhos serão apreciados sobre a duração média por greve, que dá índices expressivos para avaliar o grau de endurecimento dos conflitos laborais e a solidez da base organizativa que os suporta.

Um outro conceito que também convém precisar é o de *vaga de greves*, sobre o qual as opiniões são ainda mais dificilmente conciliáveis.

Tilly e Shorter dizem verificar-se vaga de greves quando o número das greves e dos grevistas num dado ano ultrapassa em mais de 50 % a média dos cinco anos precedentes ¹⁰. No debate sobre este artigo ¹¹, Michelle Perrot põe reservas tanto sobre a definição estatística de vaga como sobre a própria noção. Interroga: o grau de desnivelamento escolhido não será excessivo? O quadro anual não será enganador, pois, quando há períodos de apatia, estes permitem camuflar outros de maior turbulência? Por outro lado, os critérios quantitativos bastam para determinar se houve ou não vaga? Uma eclosão grevista estatisticamente secundária pode ter tido mais impacto que as vagas mais altas. Em suma, o processo leva a reter apenas os grandes anos de agitação social, ou as greves mais gerais de tal maneira incontestáveis que, ao cabo e ao resto, talvez não houvesse necessidade de tantos cálculos para fazê-las aparecer. Quanto à noção de *vaga* de Tilly e Shorter — ainda segundo M. Perrot —, acentua excessivamente as discontinuidades. A sua realidade não deve fazer esquecer as tendências de longa duração nem as flutuações mais regulares que caracterizam a actividade grevista e apresentam certas ligações conjunturais, embora variáveis segundo os tempos e os sistemas económicos. Ainda que fenómeno importante, a «vaga» não deverá substituir a sua imagem singular à história global dos conflitos de trabalho.

Quanto aos resultados das greves, igualmente os critérios adoptados devem ser esclarecidos. Considerámos vitoriosas as greves que alcançaram os resultados pretendidos com algum grau de estabilidade. Contabilizámos como vitoriosas, porém, não apenas as que o foram totalmente, mas também as parciais, pois verificámos com muita frequência que o recuo final registado em relação às exigências inicialmente formuladas pelos trabalhadores já estaria previsto na margem negocial: exigem mais, para depois poderem recuar até ao nível que desde o princípio pretendiam; e também porque verificámos que a vitória parcial dá ao grevista uma noção predominante de vitória, por ser visível para ele, apesar de tudo, a melhoria que da greve resultou para a sua situação. Só a derrota, isto é, a ausência total de qualquer resultado positivo, poderá trazer ao operário a consciência de que foi completamente inútil o seu sacrifício.

Quanto à natureza da greve, entendemos por ofensiva a greve em que o trabalhador luta por melhoria da sua situação laboral (salário, horário, condições de trabalho) e defensiva aquela em que tenta impedir que essa situação seja prejudicada.

Em relação às motivações das greves, apontámos sempre a causa principal ou registámos duas ou mais causas, simultaneamente, quando

o que não causará grande erro para o cálculo do número total de grevistas (tratando-se de uma simples adição), mas poderá provocar grande margem de erro quando se trate de determinar o número de dias em *inlabor* (pois aqui o erro multiplica-se e é agravado pelo facto de também não se conhecer normalmente com muito rigor o outro factor, que é o número de dias de cada greve).

¹⁰ *Op. cit.*

¹¹ *Ibid.*, pp. 888-889.

estas apresentavam igual importância, tendo o cuidado de não nos iludirmos com as «causas falsas» ou secundárias ¹².

A classificação profissional apresenta também algumas dificuldades, sobretudo quanto à necessidade de adaptá-la às condições técnicas e económicas do tempo e também quanto à necessidade de manter equilíbrio entre uma atomizada identificação profissional e uma concentração em ramos de actividade que acabaria por resultar inexpressiva e enganadora. Explicando melhor: em certos ramos de actividade há profissões muito diferenciadas que trabalham em secções diferentes, por vezes têm salários de natureza diferente (a tempo ou à peça), trabalham no estabelecimento ou no domicílio, mostram desigual dinâmica reivindicativa (são os casos, por exemplo, dos soldadores no ramo da indústria de conservas, dos fulistas no ramo da indústria de chapelaria, etc). Assim, para efeito da contabilização das greves, considerámos simultaneamente a divisão profissional e o ramo de actividade, para não cair numa confusa visão excessivamente atomizada e, ao mesmo tempo, permitir uma identificação suficientemente precisa. Desta maneira, utilizámos o critério do ramo de actividade (mineração, por exemplo) quando as diversas actividades profissionais nele contidas tinham um comportamento semelhante ou as informações de que dispúnhamos não nos permitiam distingui-las muito nitidamente; utilizámos o critério profissional (caso dos soldadores do ramo conserveiro) quando essa diferenciação era bem visível e para determiná-la tínhamos informações suficientes e seguras ¹³.

Uma última nota sobre o critério utilizado para o cálculo da duração da greve. A data inicial é, não a da «declaração» de greve — que muitas vezes precede ou se segue à cessação efectiva —, mas a do primeiro dia em que os grevistas suspenderam efectivamente o labor. Quanto ao final, assinalamo-lo não só quando os trabalhadores, após estabelecimento de acordo, retomam a actividade, total ou parcialmente, mas mesmo quando, sem acordo colectivo, um certo número de grevistas retomam o trabalho e os outros, substituídos por pessoal novo, renunciam ao estabelecimento em que estavam ou encontram outra ocupação. Parece-nos ser este um critério mais válido do que o que tem como baliza apenas o recomeço da actividade do estabelecimento, que pode ser assegurado por elementos estranhos, continuando porém os grevistas na mesma posição. Ténhamos a consciência, no entanto, de que a aplicação rigorosa do critério que adoptámos é extremamente difícil, pois uma greve que se prolonga em fases de menor importância vai perdendo interesse jornalístico e, a partir de certa altura, escasseiam de tal modo as informações que deixamos de saber a partir de quando, de facto, é que já não há grevistas.

¹² Uma greve desencadeada por um motivo inicial, que muitas vezes serviu apenas de motor (por exemplo, como protesto pelo despedimento de colegas), depois torna-se por vezes mais complexa e exigente nos seus objectivos, transformando-se de defensiva em ofensiva.

¹³ M. Perrot considera doze grupos profissionais: agricultura; minas e pedreiras; indústrias alimentares; indústrias químicas; indústrias poligráficas e papel; couros e peles; têxtil e vestuário; madeiras; metais; pedra e construção; transportes e manutenção; diversos.

III. BOSQUEJO DO PERÍODO ANTERIOR A 1871

Antes de entrar no período que nos propusemos abordar neste trabalho (1871-1900), esboçemos muito brevemente o movimento grevista até 1870, sem a preocupação, no entanto, de buscar as origens mais remotas.

A falta de fontes e a escassez de informações são, então, ainda mais graves. As greves que chegaram ao nosso conhecimento representam certamente apenas uma muito pequena parte das que, na realidade, teriam ocorrido.

É evidente ser a capacidade reivindicativa dos assalariados, nessa altura, muito limitada¹⁴. Mas o que nos condiciona, sobretudo, é a inexistência de informações oficiais (só a partir dos fins do século XVIII as vamos encontrar, muito escassas, nos papéis do Ministério do Reino: Intendência-Geral da Polícia) e o silêncio dos periódicos. A greve não era, então, um facto socialmente significativo, não constituía matéria de interesse para os leitores dos jornais, haveria também a preocupação de não divulgar tais factos para não estimular a instabilidade social.

A maneira como os poderes públicos e os grupos sociais dominantes encaram a greve prende-se com a concepção da liberdade de trabalho, que era, como se sabe, limitada durante o Antigo Regime. Assim, uma paralisação era facilmente tomada por motim (no terceiro quartel do século XIX receberá também as designações de *bernarda* e *tumulto*), entre uma e outro não havendo normalmente traçado claro dos limites. Em documentos anteriores à revolução liberal expressamente se considera não constituir tal ou tal cessação de actividade um motim, na medida em que os assalariados se limitaram a fazer exigências no estrito plano laboral e não estavam armados. Com efeito, o uso de armas e o grau de violência parece ser, então, fundamentalmente, o que permitiria distinguir o motim de uma simples paralisação de trabalho com intuítos reivindicativos.

Em vista das limitações informativas expostas, as greves de que temos conhecimento antes de 1871 servir-nos-ão como meros indicativos sociais, por vezes muito expressivos, mas, de qualquer modo, insuficientes para atingir conclusões globais. É deste modo que se deverá ler o muito breve bosquejo que damos agora, onde se apresentarão alguns dos exemplos mais significativos da documentação que possuímos.

O primeiro conflito laboral que conhecemos acompanhado de abandono de trabalho e com considerável envergadura, no nosso país, é o das fiandeiras do Porto, em 1628, que assume aspectos de grave amotinação.

Em 1668 sabemos ter havido uma pequena greve de operários têxteis da Covilhã.

Chega-nos depois o conhecimento de uma paralisação dos operários que trabalhavam nas obras de construção do palácio de Mafra, em 1732, reivindicando o pagamento dos salários em atraso¹⁵.

¹⁴ Encontrámos casos, nos fins do século XVIII e primeira metade do XIX, em que são os próprios operários, compreendendo as dificuldades dos patrões, a aceitar abaixamento de salário ou a propor diminuição dos dias de trabalho (lembramos, entre outros, os vidreiros da Marinha Grande e os operários da Fábrica Robinson, de Portalegre).

¹⁵ J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, 1980, vol. v, p. 261.

A partir dos meados do século XVIII começamos a ter notícias, ainda que muito espaçadamente, de movimentos grevistas que são, em geral, por motivos salariais. É o caso da ampla e dura greve dos «obreiros do ofício de alfaiate» de Lisboa, em 1754, para exigir aos mestres do mesmo ofício o pagamento dos serões.

Nessa segunda metade do século XVIII, os conflitos laborais mais importantes de que temos conhecimento dão-se no Alentejo e no Ribatejo, motivados por reivindicações salariais dos jornaleiros, questão que atingiu graves dimensões, a avaliar pela necessidade que se reconheceu de promulgar sobre o assunto duas disposições legais em 1756 e que mais tarde os lavradores da Beira Litoral solicitaram fossem extensivas à sua região. Sobre estes conflitos chegaram-nos informações de um, em 1814, que atingiu excepcional gravidade, envolvendo centenas de trabalhadores rurais dos campos em redor de Santarém, os quais, como protesto contra a taxação dos salários e não taxação de preços, se recusaram a trabalhar e se amotinaram, enfrentando as autoridades. Igualmente nos vieram notícias de conflitos com assalariados rurais que terão atingido formas grevistas, na Beira Litoral e comarca de Leiria. Nesses finais do século XVIII e princípios do XIX também alguns centros piscatórios de maior dimensão são agitados por conflitos laborais que assumem formas grevistas e de amotinação. Um dos de maior envergadura terá sido o de 9 de Dezembro de 1793, em Setúbal, que é atentamente acompanhado pelo intendente-geral da Polícia e pelo Governo. A pressão reivindicativa dos pescadores de Setúbal era, porém, bastante anterior, tendo sido já traduzida em legislação, cerca de onze anos antes, que visara satisfazer essas exigências no domínio da liberdade de pesca e do contrato da Tábola e seu pagamento.

A primeira greve com alguma dimensão de que depois temos conhecimento ocorre em Lisboa, em 1829: a dos operários do Arsenal, que suspenderam o trabalho como protesto contra o atraso no pagamento dos salários.

Depois, durante largo tempo, não sabemos de qualquer movimento grevista, até que, com o aproximar da metade de Oitocentos, surgem greves industriais, sobre as quais, porém, as informações são muito escassas. Um dos ramos mais activos parece ser o dos vidreiros da Marinha Grande, onde, nos últimos anos da primeira metade do século XIX e na primeira década da segunda metade, temos notícias de greves defensivas contra abaixamento de salários e despedimentos. Ainda na primeira metade, em 1849, há notícia de uma greve de consideráveis dimensões dos operários de cinco fábricas de fundição e serralharia da zona da Boavista em Lisboa ¹⁶.

Nos vinte anos iniciais da segunda metade do século XIX assinalam-se greves quase todos os anos, embora em número reduzido. Entre as que atingiram maior envergadura registam-se as dos tabaqueiros, em 1852; dos trabalhadores das marinhas de Alcácer do Sal, em 1855, contra os quais foram mobilizadas várias forças militares, seguida de outra, no mês seguinte (Setembro), que atingiu considerável envergadura; dos trabalhadores dos arrozais de Travaços, Agualva e outros locais, em 1856; dos mineiros da Companhia Perseverança, em 1859; de 400 operários

¹⁶ José Barreto, «A primeira greve industrial», in *Diário de Notícias* de 17 de Fevereiro de 1981

que trabalhavam na construção da via férrea do Sul e ainda dos mineiros da Companhia Perseverança, em 1860; de centenas de operários que trabalhavam na construção do caminho-de-ferro em Torres Novas, na linha do Leste e noutro local, dos operários da Companhia do Gás, dos trabalhadores das marinhas de Setúbal e dos comerciantes de Loulé, em 1861; dos trabalhadores da construção de caminhos-de-ferro, dos mineiros das minas do Braçal e de trabalhadores de diversos ramos em vários pontos do País, por causa dos impostos, em 1862; de aguadeiros de Lisboa e de tabaqueiros da Fábrica Xabregas, também de Lisboa, em 1863; de chapeleiros e tabaqueiros de Lisboa e de alfaiates de Coimbra, em 1864; dos mineiros das minas de São Domingos, dos operários que trabalhavam na construção do caminho-de-ferro do Leste e de tabaqueiros de Lisboa, em 1865; dos trabalhadores que construíam a linha férrea do Sueste, contra os quais foi enviada uma força militar, em 1866; em 1868 assiste-se a uma ampla e, por vezes, dura movimentação em vários ramos, e sobretudo no dos pequenos comerciantes de géneros alimentícios, contra o imposto de consumo, movimento que começa em Lisboa na primeira semana de Janeiro, se agudiza no Porto e se estende depois a várias localidades do País, acompanhado de um movimento político contra o Governo e integrado assim na Janeirinha; no mesmo ano, em Abril, registam-se em Lisboa três greves de considerável dimensão: dos lojistas, dos operários da construção civil da Câmara Municipal e de mais de uma centena de operários do Arsenal da Marinha, de solidariedade com aqueles; dos ourives de Lisboa, em 1869; e dos tipógrafos do *Diário Mercantil*, do Porto, de vendedores de peixe de Lisboa e Coimbra e de tabaqueiros da Fábrica Regalia, de Lisboa, em 1870.

A primeira ideia que retiramos deste brevíssimo balanço até 1870 é a da dispersão geográfica das greves, que, ao contrário do que acontecerá mais tarde, não se encontram esmagadoramente concentradas em Lisboa e no Porto. Em segundo lugar observaremos, também diferentemente do que depois se verificará, não serem os assalariados industriais os que a grande distância dominam o movimento grevista, sendo relevantes as greves agrícolas. Diríamos, ainda, que as greves são normalmente espontâneas e defensivas.

O carácter espontâneo e defensivo é particularmente visível nas greves industriais, o que estará relacionado com a evidente falta de organização dos assalariados deste sector. O ramo mais combativo e organizado parece ser o dos tabaqueiros, sendo de destacar igualmente a amplitude, a dureza e a frequência das greves dos operários empregados na construção de caminhos-de-ferro e ainda os mineiros, muitos dos quais se dividiam pela actividade agrícola.

As greves agrícolas atingem considerável relevo (ceifeiros do Alentejo, assalariados das vinhas e arrozais), embora neste domínio seja particularmente difícil a obtenção de informações. O que é possível saber leva-nos a admitir apresentarem estas greves, diferentemente das outras, algum grau de organização, embora uma organização rudimentar, circunstancial e local, apenas com o objectivo de permitir que os trabalhadores tivessem um mínimo de coesão e representantes seus nas negociações com os contratadores, condições indispensáveis para que a sua luta tivesse maior eficácia. O grau de desespero dos trabalhadores deste sector também se poderá avaliar pelas formas violentas que por vezes as suas lutas assumem.

IV. ESTUDO DO PERÍODO DE 1871 A 1900

1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE GREVES

Um estudo quantitativo desta natureza só é possível, como já se disse, com uma base informativa muito ampla, o que exige uma vastidão de consultas que não está ao alcance do trabalho individual, por muito esforçado, e impõe uma investigação levada a cabo por numerosa equipa. Disso tivemos a experiência ao longo dos mais de seis anos em que a pesquisa se tem desenvolvido. É-nos possível chegar hoje a conclusões bastante diferentes, mesmo contrárias, por vezes, às que provisoriamente havíamos apontado antes, com menos dados. É essa experiência que nos leva, ainda hoje, apesar da amplitude informativa de que dispomos, a ser prudentes nas conclusões.

No período de 1871 a 1920¹⁷ (cinquenta anos, portanto) fizemos o levantamento de 4636 greves — o que representa um número muitíssimo superior ao até agora divulgado em qualquer obra. Entre 1910 e 1917, por exemplo, o autor que maior número de greves recenseara apontava 138¹⁸, ao passo que para esse mesmo período contabilizámos 2046 greves, isto é, um número quinze vezes superior. Anos houve, mesmo, em que não era referida qualquer greve e nós registámos um número considerável. Uns e outros dados, tão distanciados, inevitavelmente conduzirão a conclusões muito diferentes.

Vejamos entretanto, com maior detença, essa trintena que nos ocupa agora prioritariamente, entre 1871 e 1900.

É em 1871 que se assinala o primeiro surto importante do movimento grevista no nosso país. Nesse ano assinalamos 13 greves: tabaqueiros, 5; alfaiates, 1; chapeleiros, 1; carnicheiros, 1; tintureiros, 1; marceneiros, 1; costureiras, 1; tecelões, 2. Destas, 6 são no distrito de Lisboa e 7 no do Porto.

Entre 1871 e 1900 registámos 732 greves. Para fazer uma ideia da diferença entre este número e os até agora encontrados bastará citar Fernando Emídio da Silva¹⁹, que para esse mesmo período assinala 74 greves, isto é, cerca de um décimo, e que a maior contagem até agora publicada, no livro citado de Carlos da Fonseca — livro, aliás, com inegável mérito —, dava para o mesmo período 217 greves, menos de um terço, pois.

Uma tão grande diferença na base quantitativa deverá levar-nos a examinar com mais cuidado, ou até reexaminar e porventura rever, alguns aspectos do movimento operário português deste período. Será tarefa em que nos ocuparemos mais tarde e que não cabe, evidentemente, no âmbito deste trabalho.

Nesses trinta anos que estudamos agora assinala-se um muito desigual ritmo grevista. Poderemos mesmo reconhecer dois subperíodos: o primeiro, que termina em 1888, em que apenas uma vez, em 1872 (33 greves), se ultrapassa a média anual; o segundo, de 1889 a 1900, em que só num ano o número de greves se coloca abaixo da média anual (1892, com 12 greves).

¹⁷ Essa baliza de 1920, que iremos referir frequentemente, não significa o fim de uma fase, mas apenas o último ano de que fizemos levantamento.

¹⁸ Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário — IV*, Lisboa, Europa-América, s. d.

¹⁹ *As Greves*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912.

Avaliando a envergadura do movimento grevista através do número de greves, vemos que desde o início de 1871 se regista uma nova fase, mais dinâmica, embora mantendo-se normalmente em níveis baixos²⁰. O ponto mais alto é assinalado logo em 1872, com 33 greves — fenómeno a que certamente não é estranha a influência da Comuna de Paris, a activação dos centros operários, a constituição da Fraternidade Operária, com ligações organizadas, embora débeis, com operários de alguns ramos.

Mas 1872 parece ter sido uma má experiência, que não se apagaria tão cedo da memória do movimento operário. Foi fácil concluir que um movimento predominantemente ofensivo como o de 1872 só poderia conduzir a uma melhoria da situação do operariado se contasse com maior suporte organizativo. Após as 13 greves de 1871 e as 33 de 1872, o movimento grevista decresce continuamente, até atingir o seu ponto mais baixo em 1878, com apenas uma greve. Depois disso mantém-se, embora com ligeiras alterações, em níveis muito baixos.

A partir de 1887 verifica-se uma mudança sensível nessa tendência, passando de 8 em 1886 para 24 em 1887. É o início de uma subida que, embora nem sempre regular, atinge valores superiores à média (excepto no caso de 1892, como se disse), manifesta uma nitida tendência crescente e atinge o máximo em 1900, com 85 greves.

O mesmo é confirmado pela análise das greves gerais, que neste período são em número de 37; nos vinte anos iniciais do período registam-se 11 greves gerais, ao passo que apenas nos últimos dez anos do século XIX se concentram as restantes 26, isto é, mais de 70 % das que ocorreram entre 1871 e 1900. As 4 greves gerais de âmbito nacional que se assinalam neste período pertencem também a esse último decénio.

2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS GREVES

No tocante à localização geográfica das greves regista-se uma evolução que se nos afigura também muito significativa.

Das 725 greves cuja localização foi possível conhecer, Lisboa ocupa a primeira posição, com 265 (que corresponde a 36,6 %), Porto a seguir, com 245 (33,8 %), depois Setúbal, com 90 (12,4 %), e ainda Faro, com 35 (4,8 %), situando-se os outros distritos muito abaixo destes.

A evolução comparada de Lisboa e Porto é muito curiosa, porque, não sendo uniforme, traduz visivelmente as diferentes incidências de factos de natureza económica, social e política.

Em primeiro lugar, assinala-se que são os dois distritos a dominar quase totalmente o movimento grevista até cerca de 1895, sendo só no ano seguinte que vemos despertar centros industriais e piscatórios no âmbito que hoje corresponde ao distrito de Setúbal. Outros centros e distritos só passarão a ocupar posição relevante já no nosso século.

²⁰ Estes dados parecem confirmar a tese de Manuel Villaverde Cabral (*O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1976, pp. 253-254) de que, ao contrário do que até aí se havia dito, o «despertar» do movimento operário em Portugal é anterior à Comuna de Paris, embora sem negar o impulso que depois, sem dúvida, provocou. A verdade é que, como vimos no capítulo anterior, ao longo da década de 60 se assiste ao crescimento da movimentação social e até operária.

Vemos, depois, que são relativamente próximos os valores num e noutro distrito. Esta tendência para o equilíbrio (até, nalguns casos, com forte supremacia do Porto) manter-se-á até por volta de 1910, após o que a preponderância de Lisboa se afirma cada vez mais acentuadamente.

No tempo que estamos a estudar com maior atenção poderíamos distinguir um período de relativo equilíbrio ou ligeira superioridade de Lisboa até 1886; de 1887 a 1893 (correspondente ao período da grande crise) regista-se uma nítida proeminência do Porto; depois, de novo uma tendência para o equilíbrio, embora o Porto volte a predominar, em crescendo, nos últimos três anos do século XIX.

Quanto ao número de greves em Setúbal, empola-se, sobretudo, a partir de 1896. Nesses últimos cinco anos do século XIX ocorrem em Setúbal 67 greves, isto é, em cinco anos quase 75 % das greves que ali se dão em trinta anos. É só nessa altura que Setúbal se aproxima dos mais altos níveis nacionais, para o que contribuíram os soldados da indústria conserveira (concentrada na cidade de Setúbal), os corticeiros (na margem esquerda do Tejo) e também, embora em menor escala, os pescadores (Setúbal e Sesimbra).

Quanto a Faro, que, no conjunto, ocupa uma posição não muito apagada, parece despertar por volta de 1893, para isso contribuindo os mesmos ramos de actividade assinalados em Setúbal: soldados, corticeiros e pescadores.

Das greves gerais não nacionais é o Porto que regista o maior número (16), seguido de Lisboa (13).

3. ANÁLISE POR PROFISSÕES E RAMOS DE ACTIVIDADE

Tentemos agora precisar melhor o peso relativo das profissões e ramos de actividade no desenvolvimento do movimento grevista nesses últimos trinta anos do século XIX ²¹.

Das 724 greves de que foram identificadas as profissões e ramos de actividade, ocupa muito destacadamente a primeira posição o ramo dos *têxteis*, com 105 greves, o que corresponde a 14,5 % do total conhecido. Seguem-se os *comerciantes*, com 56 greves (7,7 %), *metalurgistas* (fundidores, serralheiros, latoeiros, etc.), com 54 greves (7,5 %), *soldadores* (indústria de conservas), com 49 greves (6,8 %), *tabaqueiros*, com 42 greves (5,8 %), seguindo-se os operários da *indústria de couros e calçado*, com 33 greves (4,6 %), *marceneiros e carpinteiros*, com 31 greves (4,3 %), operários da *construção civil e obras públicas*, com 29 greves (4 %), *corticeiros*, com 28 greves (3,9 %), *chapeleiros*, com 27 greves (3,7 %), empregados da *Administração e serviços públicos*, com 21 greves (2,9 %), *tanoeiros*, com 20 greves (2,8 %), operários da *panificação*, com 19 greves (2,6 %), *pescadores*, também com 19, *estivadores* e outros carregadores, igualmente com 19, *transportes urbanos*, com 17 (2,3 %), *transportes fluviais*, com 14 (1,9 %), *refinação de açúcar*, com 13 (1,8 %), *tipógrafos*, também com 13, *ceramistas e oleiros*, com 12 (1,7 %), *indústria de fósforos*, com 11 (1,5 %).

²¹ A razão por que procedemos a uma análise simultaneamente por profissão e ramo de actividade está exposta atrás, no final do ponto sobre a metodologia utilizada.

Assim, estes 21 ramos e profissões, que representam menos de metade dos 50 que considerámos, desenvolveram 632 greves, isto é, mais de 87 % do total das greves identificadas.

Quanto às greves gerais — que indiciam muito claramente a envergadura do movimento e o seu grau de organização —, verifica-se serem os tabaqueiros os que se colocam em primeiro lugar, com 5, seguindo-se os têxteis, a panificação e os chapeleiros, com 3 cada.

O ramo dos têxteis, que, em número global, se encontra muito destacado de qualquer outro, é também aquele em que o ritmo grevista se intensifica mais no último decénio do século XIX: entre 1891 e 1900 desenvolve 77 greves, isto é, 73 % das que promove na trintena.

O grande relevo das greves dos comerciantes e até as formas violentas que por vezes assumem não nos surpreenderão se conhecermos o agravamento que no final do século se verifica dos impostos sobre o comércio.

Quanto aos soldadores da indústria de conservas, o seu movimento é particularmente relevante entre 1897 e 1900, nesses quatro anos tendo desenvolvido 41 grandes greves, isto é, quase a totalidade (apenas faz, além destas, 8 greves).

Merece igualmente destaque o caso dos corticeiros, que têm também no último decénio a esmagadora concentração das suas greves (25 sobre um total de 28).

4. MOTIVAÇÕES DAS GREVES

Entre os motivos das greves neste período tem particular relevo o salarial: das 684 greves de que foi possível determinar a causa, 288 (42,1 %) têm essa origem. Segue-se o horário de trabalho, com 111 (16,2 %), condições de trabalho, com 105 (15,4 %), solidariedade, com 66 (9,6 %), contra impostos, com 57 (8,3 %), simpatia, com 15 (2,2 %) ²².

É visivelmente a partir de 1887 que as que são habitualmente as três principais causas (salarial, horário de trabalho e condições de trabalho) constituem a esmagadora maioria das motivações das greves deste período. Bastará dizer que, entre 1887 e 1900, essas causas — que são das mais expressivas sobre a condição da classe operária — estão na base de 404 greves, isto é, 59 % das motivações de todas as greves durante esses trinta anos. Devem ser assinaladas com particular destaque as greves de solidariedade e simpatia, pois são um expressivo índice do grau de consciência e também — especialmente no caso das segundas — de organização operária: representam quase 12 % do total das motivações das greves e a sua incidência faz-se sentir muito mais fortemente, também, a partir de 1889.

Quanto à luta contra a introdução de máquinas, a avaliar pelos números de que dispomos, está longe de ter atingido em Portugal a dimensão que alcançou noutros países. Tem particular destaque a oposição aos moinhos mecânicos para a refinação do açúcar, que desencadeia 2 greves gerais.

²² Distinguímos entre greves de solidariedade e greves de simpatia: embora umas e outras sejam de apoio a outros trabalhadores, as primeiras são dos trabalhadores do mesmo estabelecimento, ao passo que as segundas são de trabalhadores de outros estabelecimentos ou ramos de actividade.

As greves contra a exportação da cortiça em bruto, que se fazem sentir sobretudo nos três últimos anos, assumem por vezes formas invulgarmente violentas.

É significativo registar também que nos últimos anos do século já se assinalam greves de conteúdo marcadamente político, que movimentam muitos milhares de trabalhadores, como as que se levantam contra o convénio luso-britânico, contra a legislação pautal e contra o ágio sobre o papel-moeda (só esta última tendo movimentado na região de Braga mais de 4000 operários).

Têm muito significado, também, as greves contra monopólios e exclusivos, que por vezes reúnem o operariado e os industriais não privilegiados e se registam a partir de 1887, particularmente nos ramos dos fósforos, do tabaco (*régie*) e dos têxteis.

Igualmente as comemorações do 1.º de Maio provocam vagas de greves, em especial em fábricas e oficinas de Lisboa e do Porto, atingindo já alguma dimensão em 1890 e, sobretudo, em 1900.

5. RESULTADOS DAS GREVES

A curva dos resultados das greves poderá fornecer-nos igualmente indicações muito significativas. Porém, sendo um domínio onde é difícil recolher vasta e segura informação, impõe-se particular prudência.

Das 732 greves que detectámos na trintena que estamos a estudar sabemos o resultado de 317, ou seja, apenas 43,3 %. A partir destes resultados conhecidos, vemos predominar as greves vitoriosas, que atingem 60,3 % (somando as vitórias totais às vitórias parciais, pelo que dissemos atrás).

Se entrarmos numa análise mais detalhada, veremos que as limitações informativas apenas nos permitirão detectar — e mesmo assim com reservas — as tendências predominantes. Parece legítimo avançar que até 1895 prevalece o nível abaixo da percentagem média geral de vitórias: pelas razões expostas, não nos parecem significativas as excepções nos anos de 1874 (75 %), 1877 (67 %), 1891 (82 %) e 1894 (62,5 %), tanto mais que em quase todos os restantes anos os valores se situam nitidamente abaixo daquela média.

Com maior segurança — pelo mais elevado número de informações de que dispomos —, poderemos concluir que só nas últimos cinco anos do século predomina nitidamente a tendência vitoriosa: 1896 (71 %), 1897 (70,5 %), 1898 (84,6 %), 1899 (70,3 %) e 1900 (65 %).

Após 1910 vamos encontrar percentagens de vitórias totais e parciais ainda mais predominantemente elevadas, que atingem, por exemplo, 83,6 % em 1920, 85,2 % em 1910 e 1919 e o valor mais elevado em 1917, com 94 %.

6. NATUREZA DAS GREVES

O estudo da natureza ofensiva ou defensiva das greves dá-nos índices muito expressivos para o conhecimento de vários aspectos importantes do movimento grevista e operário em geral. Poderão estabelecer-se aqui relações muito esclarecedoras entre a conjuntura económica e política e a

estratégia geral do movimento operário. Cremos, ainda, ser uma das bases quantitativas mais seguras para avaliar a real solidez e influência da organização operária, ultrapassando a carga subjectiva que até agora tem dominado esta apreciação.

Para o estabelecimento da curva das greves ofensivas e defensivas partimos de uma base quantitativa relativamente ampla, pois foi conhecida a natureza de 575 greves, isto é, 78,6 % do total das 732 greves detectadas neste período. É com algum grau de segurança, pois, que avançamos a conclusão de que, neste período, a natureza do movimento grevista foi predominantemente defensiva: defensivas, 332 (57,7 %); ofensivas, 243 (42,3 %).

Entre 1871 e 1900 detectamos, porém, oscilações expressivas. Assim, vemos que o período começa com um impulso abertamente ofensivo, que entra logo em declive acentuado após 1873. Nos anos seguintes não são significativas as percentagens, pelo baixo número de greves existentes, de que só uma parte se conhece a natureza. A partir de 1883, as greves ofensivas mantêm-se em níveis normalmente muito baixos, sendo o ano de maior depressão o de 1894, com 8,7 %. Nota-se depois uma tendência para a subida das percentagens das greves ofensivas, com 44,2 % em 1895, 47,9 % em 1896, 41,5 % em 1897, 23 % em 1898, 50,9 % em 1899 e 61,6 % em 1900.

Mas a natureza ofensiva do movimento grevista acentua-se sobretudo a partir das proximidades da revolução republicana, sendo de destacar os anos entre 1916 e 1920, em que as greves ofensivas atingem sempre valores superiores a 80 %: 1916 com 87 % (conhecida a natureza de 86,3 % das 205 greves ocorridas nesse ano), 1917 com 85,2 % (com base em 81,6 % das 256 greves desse ano), 1918 com 82,3 % (a partir de 89,3 % das 177 greves detectadas), 1919 com 88,8 % (baseados em 87,3 % das 362 greves que levantámos nesse ano) e 1920 com 92,1 % (partimos do conhecimento da natureza de 94,2 % das 310 greves detectadas). O ano de 1921 parece iniciar a tendência descendente da natureza ofensiva do movimento grevista.

Relacionando a natureza das greves com a conjuntura económica, parece poder concluir-se que os períodos de depressão mais acentuada serão mais favoráveis ao desenvolvimento de um movimento predominantemente defensivo, ao passo que nos períodos de alta os trabalhadores encontrarão condições mais favoráveis para se lançar na conquista de benefícios. Mas como se relacionam então as greves ofensivas e defensivas com a subida do custo de vida? É certamente quando o salário real diminui que o trabalhador luta pela subida do salário nominal.

Quanto à atitude dos pequenos empresários, num país que entrava então na fase de concentração capitalista, vê-se que mantêm uma atitude normalmente defensiva: são os casos das greves dos proprietários de pequenas oficinas, dos proprietários de transportes urbanos e fluviais, de comerciantes de retalho, dos pequenos agricultores-comerciantes; são as lutas contra o agravamento dos impostos, contra a política pautal e tratados comerciais, contra monopólios e exclusivos em que proprietários e trabalhadores se identificam nos mesmos objectivos, desencadeando assim, em conjunto, movimentos grevistas. Vê-se, pois, que não se poderá estabelecer uma simples correlação entre greves ofensivas/defensivas e «crise», sendo indispensável determinar o carácter desta «crise».

E outros factores teremos de considerar, em conjunto, para conseguir compreender a natureza das greves. Entre estes assume especial relevância a organização operária. A acentuada, mas efémera, tendência ofensiva do movimento grevista entre 1871 e 1873 não deixará de relacionar-se com a viragem das associações «operárias» do terceiro quartel do século XIX²³, que até aí haviam mantido uma actuação predominantemente mutualista, e com o aparecimento da Fraternidade Operária, que cria extensões organizativas, embora débeis, em alguns ramos operários²⁴. Com efeito, a greve ofensiva aparece em princípio a culminar um processo de negociação e normalmente obedece a um mínimo de planeamento, de estudo prévio da relação de forças em presença, de consideração da base organizativa de apoio. Assim, o movimento ofensivo é de supor que conte à partida com apoio organizativo, cujas amplitude e firmeza terão realmente um bom índice de avaliação a partir dos resultados da greve. Ao contrário, as greves defensivas têm normalmente carácter inesperado, abrupto, com frequência apresentando confrontos com forças repressivas e cenas de violência, representando um acto de resistência contra a pressão patronal que não escolheu o momento mais adequado.

Outro factor a ter em conta é a conjuntura política. A sua influência na natureza das greves é especialmente visível com a revolução republicana, que abre condições políticas estimulantes da ofensiva operária.

As greves ofensivas cremos serem também um índice expressivo para avaliar o grau de ruptura entre a consciência operária e os valores burgueses, entre o movimento operário e a sociedade capitalista.

7. A NATUREZA E OS RESULTADOS DAS GREVES

Estudemos, ainda, a relação entre a natureza das greves e os seus resultados. O conhecimento quantitativo desta relação dá-nos dos mais expressivos índices para avaliar a força real do movimento operário e a sua estratégia geral.

Sendo baixo o número de greves e escassas as informações que temos para os primeiros anos do período que estamos a estudar, só com muitas reservas deveremos avançar algumas conclusões. A partir dos dados de que dispomos, as curvas das greves vitoriosas e das greves ofensivas encontram-se, então, a apreciável distância. Especialmente em 1871, 1872 e 1873, a percentagem das greves ofensivas é sempre maior do que a das greves vitoriosas, o que julgamos dever-se ao facto de o movimento operário se ter lançado em greves insuficientemente planeadas e apoiadas organizativamente, bem como à conjuntura económica e à atitude mental dos empresários que lhes permitiam uma escassa margem de manobra. Nos nove anos seguintes estamos ainda mais limitados na base quantitativa, parecendo-nos embora ter abrandado consideravelmente o carácter ofensivo

²³ Não poderão ser denominadas, verdadeiramente, associações operárias. Uma investigação que orientei na Faculdade de Letras de Lisboa mostrou que a mais importante associação desse tempo, o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, tinha entre os seus associados uma minoria de trabalhadores produtivos e que a grande maioria eram elementos oriundos da pequena e média burguesia.

²⁴ Não podem ser ignoradas, também, as dificuldades que atravessam as indústrias metalúrgicas da Europa e dos EUA entre 1867 e 1873

do movimento grevista, passando para níveis inferiores a 50 %, ao passo que se mantêm em níveis elevados as percentagens de derrotas.

A partir de 1883, os dados de que dispomos, mais extensos, permitem-nos confirmar o pendor dos anos anteriores.

A relação entre as duas linhas, porém, parece mostrar sinais de se modificar nos últimos cinco anos do século, em que a uma tendência para a subida das greves ofensivas parece corresponder igual tendência para a subida das greves vitoriosas — embora a aproximação não se mostre ainda pronunciadamente marcada.

Essa aproximação é particularmente visível a partir dos anos que antecedem a República até, pelo menos, 1920, havendo mesmo frequentes situações em que as duas linhas quase se sobrepoem.

A primeira tendência parece ser um indício expressivo da posição vulnerável em que o operariado se encontrava perante o patronato (grande debilidade organizativa, extrema indigência, elevado número de desempregados) e também da crise que atravessam alguns ramos da actividade industrial, onde predominavam unidades de pequena dimensão e financeiramente frágeis, incapazes de resistir à concorrência externa e à concentração industrial no País. O grande ajuste de contas é nesse último decénio do século XIX que se desencadeia.

A alteração da tendência no fim do século XIX, acentuando-se cada vez mais visivelmente ao longo do primeiro quartel do nosso século, mostra que, embora muito lentamente, algo estava a modificar-se na estrutura económica e social portuguesa (com o desenvolvimento do capitalismo industrial) e na própria organização do operariado (fortalecendo-se, embora se mantivesse ainda em níveis muito baixos, a sua base organizativa).

Entrando em conta com todos estes dados, poderemos concluir que a tendência para a aproximação entre as curvas das greves ofensivas e vitoriosas no fim do século XIX e, principalmente, à medida que se avança na República até 1920, parece mostrar que é na táctica ofensiva que, em condições conjunturais e organizativas favoráveis, o movimento operário sairá vitorioso.

V. CONCLUSÕES

Precisemos melhor, para finalizar, algumas ideias que, a partir do que ficou dito, ressaltam com maior nitidez e apresentam suficiente grau de segurança.

Estamos agora em melhores condições para compreender a razão por que, ao contrário do que normalmente ocorre com trabalhos desta natureza, o campo de estudo não se reduziu às greves operárias, mas envolveu todas as greves: embora as operárias representem a maioria esmagadora e sejam elas que traduzem um dos factos mais relevantes e significativos das sociedades industriais, consideramos igualmente importantes as greves de outros sectores, nomeadamente as dos serviços, que nos países capitalistas mais avançados atingem considerável dimensão após a última guerra mundial, como afloramentos das alterações na estrutura social que a nova fase de desenvolvimento do capitalismo provocara.

Reduzindo aos últimos trinta anos do século XIX o âmbito do presente trabalho, poderemos atingir uma profundidade que, de outro modo, não seria possível num texto com extensão limitada como este. Mas esse ganho em profundidade tem, como contrapartida, uma limitação na visão do conjunto das greves e da sociedade. Visão que, de resto, não era, não poderia ser escopo de um trabalho desta natureza.

Pelo que ficou dito, é evidente que as nossas preocupações no estudo das greves se situam, em última instância, no domínio da sociologia histórica, nessa perspectiva apresentando algumas conclusões que decorrem das análises sectoriais que fizemos.

1. PRINCIPAIS FASES DO MOVIMENTO GREVISTA

Nesta tendência geral de crescimento do movimento grevista em Portugal que se observa de 1871 em diante, poderemos reconhecer diferentes fases, que são saltos bem marcados.

Partindo do critério da frequência, reconhecemos com nitidez uma primeira fase que se inicia em 1871 e se estende até 1886; nesses 16 anos ocorrem 140 greves, o que dá uma média anual de 8,8.

Na segunda fase, que vai de 1887 a 1908, verificam-se 1428 greves, com média anual de 64,9; nesta fase reconhece-se, bem visivelmente, um período de maior aceleração entre 1902 e 1907, que atinge o ponto mais alto em 1904, com 146 greves.

Na terceira fase, que começa em 1909, contámos 3068 greves até 1920, o que dá a média anual de 255,7.

No perfil dos resultados das greves vemos que é mais tarde, ao entrar no último lustre do século XIX, que se dá a primeira inflexão significativa, o que mostra que, nesses nove anos entre 1887 e 1895, o crescimento que se verificara no número de greves não fora acompanhado por idêntica curva das greves vitoriosas.

Na perspectiva da natureza das greves, é seis anos antes do fim do século que se regista a curva no sentido da subida do movimento ofensivo, prosseguindo numa linha de vitórias com tendência geral ascendente, que sobe ainda mais bruscamente imediatamente antes da revolução republicana, continuando depois a acentuar-se.

A partir destes três índices, que são dos mais expressivos para a caracterização do movimento grevista, reconheceremos uma primeira fase até princípios da década de 90, uma terceira que se inicia imediatamente antes da revolução republicana.

2. FACTORES MAIS INFLUENTES NAS GREVES

Pelo que vimos na análise sectorial, poderemos concluir que na frequência, natureza e resultados das greves influem fundamentalmente factores de três naturezas: conjuntura económica, organização operária e situação política.

Só no conjunto a incidência destes factores pode ser compreendida, nenhum deles devendo ser analisado separadamente, mas é variável, numa dada situação concreta, o grau de influência que cada um exerce.

a) GREVES E CONJUNTURA

A relação entre greve e conjuntura económica é uma das que, em princípio, se afiguram mais transparentes.

Entre os elementos da conjuntura mais influentes assinalamos a produção, os preços, os salários, o custo de vida, o desemprego. Encontramo-nos, no entanto, muito condicionados nesta análise, devido à grande dificuldade ou mesmo impossibilidade de conseguir informações que permitam estabelecer nestes domínios curvas extensas onde as variações conjunturais apareçam com nitidez.

Porém, a ideia, geralmente admitida, da prioridade dos factores económicos para explicar as flutuações das greves deve ser tomada com muitas cautelas, e nunca como uma relação mecânica, inevitável, exclusiva. E, por outro lado, a questão não pode ser vista em bloco, porque nem todos os elementos da conjuntura exercem o mesmo grau de influência em todas as situações.

Por exemplo, a influência do custo de vida, facilmente aceite, é bem visível no período que estamos a estudar. O crescimento do movimento grevista, sobretudo a partir de 1889, não deixará de se relacionar com a subida do custo de vida, que se torna particularmente aguda após a grande crise de 1890-92 e que, até final do século, se situou num nível superior a 30 %, tendo alguns géneros de primeira necessidade sofrido aumentos superiores a 40 % e até a 100 %²⁵. Este factor, aliado a uma conjuntura de expansão económica, em que tinha papel preponderante a aceleração dos investimentos industriais, favorecidos pelas medidas proteccionistas²⁶, ajudará a explicar o aumento do número de greves, bem como a sua natureza predominantemente ofensiva e os resultados maioritariamente vitoriosos que obtiveram.

No entanto, essa influência não deverá ser considerada em termos absolutos, sobretudo para a época que estamos a estudar. Não transportemos mecanicamente para o passado a evidente verificação que fazemos nos nossos dias, em que a alta do custo de vida arrasta uma intensificação do movimento grevista quando os trabalhadores tentam defender o seu salário real, reclamando um aumento do salário nominal.

A correlação greve/custo de vida só na aparência é simples e clara, constituindo, sob alguns aspectos, uma falsa evidência. Haverá que atender a outros factores. A questão do salário real, por exemplo, deverá avaliar-se, não apenas a partir da relação salário nominal/custo de vida, mas tendo em conta também o maior ou menor leque de «necessidades» do trabalhador: um operário descalço, mal coberto com um tecido grosseiro, trabalhando 14 horas por dia, lutando sobretudo pela sobrevivência física,

²⁵ Bento Carqueja, *O Futuro de Portugal*, e José Branco Gentil, «Condições actuais do trabalhador português», in *Diário Ilustrado* de 24 e 25 de Março de 1904.

²⁶ A verdade é que, embora se assistisse nalguns ramos a um processo contínuo e irreversível de concentração industrial, a drástica política proteccionista dos princípios do último decénio do século XIX, porque não foi acompanhada de um mínimo de planificação do desenvolvimento industrial, conduziu à possibilidade de sobrevivência de numerosas empresas, sobretudo no ramo têxtil, com um nível tecnológico e financeiro muito baixo, que, mesmo à sombra da protecção, continuaram a arrastar-se com muitas dificuldades.

é muito diferente do que criou e exige a satisfação de um muito maior número de necessidades ²⁷.

Em geral, parece poder concluir-se que numa conjuntura desfavorável prevalece a greve defensiva, como acto de resistência contra a pressão patronal, sendo a atitude do trabalhador em grande parte dominada pelo receio de perder o trabalho, o que o leva mesmo, sobretudo nas empresas de menor dimensão, a reconhecer o papel indispensável do patrão e a compreender as dificuldades que viam este atravessar.

Ao contrário, a greve ofensiva parece predominar quando o trabalhador julga ter melhores condições para sobreviver sem ganhar, numa conjuntura de alta, sendo então maiores as possibilidades de vitória.

Não nos encerremos, porém, estritamente nesta relação conjuntura / greve: numa perspectiva sociológica, exige-se que entre as condições económicas e os movimentos sociais se compreenda o papel interveniente, variado e multiforme do trabalhador.

«O homem vive na conjuntura», disse Labrousse, «e age e reage em função dela.» Mas qual a consciência que o trabalhador tem da conjuntura e a sua disposição sobre a maneira mais eficaz de a enfrentar?

A incidência dos resultados das greves na psicologia operária é questão que não pode ser vista numa perspectiva linear. A percentagem de greves vitoriosas não deixará de influir no sentimento de confiança do operariado nas suas lutas. Mas essa influência será exercida, sobretudo, pelas grandes greves, as que constituíram verdadeiros acontecimentos nacionais, as que são noticiadas e comentadas, as que obrigam a reflectir sobre a tática do movimento operário.

A primeira pergunta a que o grevista terá de responder e que influirá na sua disposição futura é: valeu a pena?

Ora a verdade é que, mesmo quando vitoriosa, uma greve nem sempre provoca, clara e imediatamente, uma melhoria das condições de vida do trabalhador. No caso das greves por aumento de salários, por exemplo, ainda quando o trabalhador recebeu subsídio de greve (o que não acontecia com muita frequência) e a greve foi vitoriosa, o seu ganho, na perspectiva imediata, era sempre inferior ao que seria se tivesse continuado a trabalhar, pois era duvidoso que tal perda fosse compensada a curto prazo pelo aumento registado; além de que o aumento, em geral, era anulado pela subida dos preços dos bens essenciais.

Aqui e além transparece mesmo a consciência de que, em períodos de profunda depressão, a greve era um instrumento pouco eficaz de luta, quando concebida para satisfazer necessidades económicas parciais e imediatas.

Como não relacionar estas experiências com o êxito das correntes anarquizantes, dada a aparente evidência de que as greves não deveriam ser vistas na perspectiva dos resultados materiais imediatos, mas tendo em conta o dever, a necessidade de mudar os fundamentos da sociedade, que eram as verdadeiras causas dos males que afligiam os trabalhadores?

²⁷ Mesmo no século XIX, esse fenómeno já é visível. Bento Carqueja, *op. cit.*, calcula que, dos meados aos fins do século XIX, o custo de vida aumentara na ordem dos 30 % (contando com preços de géneros alimentícios e rendas de casas), mas que a subida em proporção maior dos salários na indústria tinha sido absorvida pelo aumento das necessidades do operário.

A questão não poderá ser vista, porém, só por esse ângulo. Muitas das lutas que o operariado promove nesses últimos trinta anos do século XIX são por condições essenciais de sobrevivência: pela elevação dos salários que não eram suficientes para assegurar a subsistência (caso dos têxteis), pela melhoria das condições de trabalho, que cedo lhes provocavam doenças mortais (caso dos tabaqueiros), contra os esgotantes horários de trabalho (que chegavam a ultrapassar as 14 horas diárias), contra os despedimentos, que os lançariam na indigência total e na mendicidade.

b) GREVES E ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

Quando aqui temos falado em movimento operário, não fizemos distinção entre o que é costume designar por movimento real e movimento organizado. Não raro, na nossa historiografia operária, a confusão entre as duas categorias tem sido aproveitada, com predominante carga subjectiva, quer por detractores, quer por panegiristas do movimento operário.

Movimento é, por definição, o que se move, que age, que intervém: reivindicações que tiveram formas e cursos muito diversos (algumas das quais não chegaram a assumir a expressão de greve por terem sido satisfeitas, outras por terem sido muito cedo desencorajadas), concentrações e manifestações, reuniões de classe, abaixo-assinados e movimentos de solidariedade com trabalhadores, panfletos, protestos por diversos meios, etc. Ora entre os factos sociais por que se exprime no plano laboral ocupam posição proeminente as greves, que são também, entre todos, os de mais fácil objecto de tratamento estatístico.

Numa perspectiva sociológica, a análise do movimento organizado sucede à do movimento real, global, como uma parte deste. Em conformidade, o método que seguimos foi o de tentar detectar, através da análise quantitativa, a real força e influência do movimento grevista, para só depois avaliar, em grande parte a partir dos dados que essa análise nos fornecia, o real poder da organização operária.

São, de resto, planos tão estreitamente imbricados que, quando analisados no contexto rico e multiforme da realidade, e não em esquemas dissecados laboratorialmente, ressalta com toda a evidência quanto de artificioso existe no confronto estabelecido entre as teses organicistas e espontaneístas por autores como Tilly e Shorter.

Antes de tudo, além de ser necessário atender às condições concretas em que o movimento se desenvolve, é indispensável conhecer a própria natureza do movimento. O estudo que fizemos — como se depreende do que ficou dito — mostra que a atitude defensiva é a que apresenta maior grau de espontaneidade, sendo geralmente súbita, sem plano nem fases prévias e — é de admitir na maioria dos casos — sem suporte da organização, ou esta terá, na melhor das hipóteses, o débil papel de apoio a um movimento já desencadeado e que não controla. Ao contrário, a atitude ofensiva é, em geral, planeada, com fases e objectivos bem definidos, sendo a organização, medidas as forças em presença, que a desencadeia, a acompanhar, a orienta.

E é necessário atender também aos resultados das greves. No movimento espontâneo, o trabalhador fica mais vulnerável perante o patrão porque a comissão de negociação diz respeito apenas ao âmbito restrito do conflito em causa. Nestas condições, é mínima a possibilidade de

combinar um quadro de reivindicações comuns com trabalhadores de outras empresas do mesmo ramo ou até de outras actividades da mesma empresa. E o certo é que a forma diversificada como se desenvolviam as actividades numa mesma empresa dificultava muito o estabelecimento de reivindicações comuns (exemplos flagrantes, entre outros, temos, por exemplo, os casos das actividades domiciliárias executadas por trabalhadores das indústrias têxteis, de chapelaria, de couro, ou os casos persistentes, numa mesma empresa, de trabalho à peça e trabalho à jorna). Com efeito, a divisão do trabalho que se estabelecia nas empresas médias e grandes, sendo feita em termos muito definidos, levantava grandes dificuldades à coordenação e unificação da luta não antecipadamente organizada.

Só com as organizações de âmbito nacional (as chamadas federações locais, que envolviam representantes de diversos ramos de actividade e tinham já algum peso em centros de maior concentração industrial no último decénio do século XIX), com as tentativas de coordenação nacional de certos ramos de actividade (como exemplos mais expressivos, os tabaqueiros de Lisboa e do Porto, os corticeiros do distrito de Setúbal e do Algarve e os têxteis de vários pontos do País) e, depois, com os esforços para a formação de uma central operária nacional (de que a UON, em 1914, é a primeira grande tentativa) é possível começar a estabelecer objectivos comuns nas negociações com os patrões que são esboços incipientes de contratações colectivas de trabalho para os trabalhadores de um mesmo ramo.

Pelo que ficou dito atrás, se aceitarmos que a real influência organizativa do movimento operário apresenta como um dos índices mais significativos a relação entre os resultados e a natureza das greves, teremos que só nos últimos cinco anos do século XIX começa a exercer influência positiva, embora ainda débil, na movimentação grevista e que só após 1915 se pode afirmar com segurança que a influência da organização operária se faz sentir na movimentação grevista com considerável grau de firmeza e amplitude.

c) GREVES E SITUAÇÃO POLÍTICA

A relação entre movimento operário e social, de uma maneira geral, e a evolução política não pode ser vista de uma forma mecanicista e esquemática, como se entre um e outro plano se estabelecesse um nexo de causa e efeito, simples e directo. Utilizando essa primária metodologia, alguns autores têm tentado apresentar uma imagem diminuída do movimento operário e da sua influência na sociedade contemporânea portuguesa, como se fosse apenas, ou fundamentalmente, através das alterações que provocasse na cena política que a envergadura do movimento operário se medisse. Quantas e quantas vezes as acções não afloram com evidência no plano político, as lutas operárias não têm visivelmente objectivos e conteúdo políticos, mas são profundamente políticos o seu sentido e incidências últimas!

Cremos, pois, que não deve ser estabelecida — pelo menos tão radicalmente como alguns autores o fazem — uma separação entre as reivindicações localizadas ou restritas e as gerais, entre as greves económicas e as greves políticas. É certo que as primeiras visam uma melhoria da situação do operariado num caso específico e as segundas atacam a organização

geral da sociedade, o Estado. Nem sempre, porém, tomam este carácter desde o início. Por vezes trata-se inicialmente de uma luta com objectivos muito restritos e só depois, com o engrossar do movimento, acaba por ser posta em causa toda a sociedade. Um dos exemplos mais expressivos deste género é a chamada Revolta do Grelo, de 1903, que o anarquista Campos Lima defende ser a demonstração de que é possível a greve revolucionária, o levantamento geral do País, espontaneamente, a partir de um qualquer pequeno rastilho, que neste caso foram os selos das licenças e multas aos pequenos vendedores do mercado de Coimbra²⁸.

Este é, porém, um caso extremo, excepional, em que o objectivo principal da análise não deverá ser tanto a causa em si, mas as circunstâncias sociais que levaram a que um conflito à partida tão limitado se propagasse e atingisse tal dimensão.

Verificámos, de resto, com muita frequência, que mesmo as pequenas greves se não confinam ao âmbito restrito dos resultados materiais imediatos. Quando chegaram até nós os manifestos e as declarações públicas em comícios dos grevistas, vimos aparecerem quase sempre preocupações sobre o devir seu e dos companheiros, palavras de solidariedade, de apelo à compreensão de que as lutas não são isoladas e de que o êxito de cada greve depende em grande parte do apoio dos companheiros e dos êxitos de outras lutas. Por essa mesma razão se registam, em número crescente, greves de solidariedade e simpatia e são relatados com muito relevo comportamentos exemplares de dignidade ou de indignidade dos trabalhadores²⁹. Vemos assim que mesmo as greves restritas e de âmbito localizado mantêm com frequência ligações e incidências mais amplas, pelo que, rigorosamente, não podem ser reduzidas a um campo meramente economicista.

A partir de quando é que o poder político, as classes dominantes, se apercebem de que a greve constitui um perigo para a segurança da sociedade?

Vimos que, durante o Antigo Regime, eram pouco nítidos, na concepção das autoridades, os limites entre paralisação de trabalho e motim. Já na sociedade liberal vimos também como as greves eram por vezes denominadas *bernardas* e *tumultos* e não raro contra os grevistas eram enviadas forças repressivas. Mas o tratamento noticioso que recebem nos jornais, apagado e displicente até 1870, mostra que não eram motivo de preocupação para as autoridades nem matéria de interesse para o público. Os próprios órgãos operários não lhes dedicam atenção.

A partir de 1871, porém, a situação modifica-se. A princípio apenas tomadas como factos anódinos, são consideradas, especialmente após a Comuna de Paris, como sintomas de um abalo profundo que poderia destruir a sociedade.

Partem de uma visão estreita as ideias de que, por ter tido envergadura inferior à dos países mais industrializados, teria sido irrelevante

²⁸ *O Movimento Operário em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1972, pp. 88-91.

²⁹ São os frequentes casos de exaltação da atitude dos operários que, chamados pelos patrões, se recusam a substituir os grevistas ou de denúncia dos que traíram os companheiros. Este sentimento manifestava-se por vezes muito vivamente, como no relato, que nos é feito por *A Vanguarda* de 13 de Março de 1897, de um indivíduo que em 1872 traía uma greve, sendo sócio da Fraternidade Operária, e vinte e cinco anos depois ainda era rejeitado pela organização operária.

e insignificativa a influência do movimento grevista e operário, em geral, na sociedade portuguesa dos fins de Oitocentos e princípios do século actual. A partir da década de 70 do século XIX, a presença das greves começa a fazer-se sentir em quase todos os aspectos da vida portuguesa. Passam então a merecer relevo de primeira página nos jornais, objecto de vigilância atenta das autoridades, tema de reflexão no pensamento político, na literatura ensaística e na especulação filosófica, no romance, na dramaturgia, na poesia³⁰, sendo até a «questão social» assunto de estudo em teses universitárias, denunciando factos reais de injustiça, mas sugerindo reformas que permitissem evitar a ruptura social através da integração do movimento reivindicativo dos operários, domado, na sociedade³¹.

O ano de 1871 é o começo do grande alarme. O receio que experimentam as forças no poder é possível avaliar pela violência da repressão que exercem, por vezes descontrolada, sem escolher objectivos, parecendo ter sobretudo o intuito de amedrontar a população. As autoridades viam subversão e «revolução social» em factos insignificantes, para tanto bastando que houvesse ajuntamento popular. Citemos, como exemplo expressivo, o caso ocorrido em Julho de 1872, quando «uma coorte de homens, trajando o uniforme de polícia militar, à voz dos seus chefes investiram de espada em punho contra os cidadãos inermes que em sossego esprechiavam no arraial de Alcântara. Na forma do seu louvável costume, a gente armada não respeitou nem a idade nem o sexo: os cavaleiros pisavam com as ferraduras dos seus cavalos e acutilavam com as espadas que empunhavam, os infantes espancavam com as coronhas das suas armas e feriam com os seus sabres baionetas»³².

³⁰ Curiosamente, aparecem até obras literárias que apresentam o patrão como o oprimido e explorado pelos operários.

³¹ Um dos mais significativos é o primeiro estudo sistemático elaborado no nosso país sobre as greves, o já referido *As Greves*, de Fernando Emídio da Silva, que constitui a sua dissertação de concurso ao magistério da Faculdade de Direito. O autor encontra-se nitidamente dividido entre um certo pendor humanitarista e a necessidade de defender a sociedade republicana e burguesa; daí as duas faces diferentes (não diríamos contraditórias) que representam estes dois trechos do seu livro em que — prestemos atenção — ele próprio coloca o operariado na primeira linha dos responsáveis pela preservação da ordem social:

Mas [...] sacudidos que estamos sendo pela mais violenta rajada de descrédito político e de pânico financeiro, atulhados em mentiras e em erros, títeres que mal desengonçam uma pavorosa crise social e uma tremenda desorientação partidária e personalista — se as grandes forças da República (única solução nacional portuguesa), e, entre elas, em primeira linha, o operariado, não compreenderem que não há progresso sem ordem e que, sobretudo, a gostosa e fácil colheita de amanhã tem de ser, neste mundo de injustiça e de ansiedade, o prémio dos sacrifícios da dolorosa sementeira de hoje! [Escrevia em 9 de Fevereiro de 1912, pp. XV-XVI.]

E mais adiante diz:

[...] no entanto, as greves, com o latente espírito de revolta sensível em todo o império, não deixam de passar, reagindo contra a exploração patronal com a mesma galharda intransigência com que nas ruas de Petersburgo e Moscovo os soldados do czar viram opor-se às suas balas os peitos heróicos dos *moujiks*. [P. 72.]

³² *O Trabalho*, n.º 30, de Julho de 1872.

Denunciava-se ainda que «o Governo tem aterrado a população de Lisboa com o movimento imponente e ameaçador das tropas formadas em linha de batalha, preparadas para fazer fogo»; corriam rumores de revolução, falava-se em que o Governo ia suspender as garantias em virtude da «propaganda do socialismo, da atitude dos republicanos, de planos ibéricos, de vastas relações de conspiradores: isto devia ser um manifesto que o Governo havia de fazer ao País no caso de suspensão de garantias»³³; dois meses mais tarde havia notícia de pessoas fugidas e presas, unidades militares de prevenção, um clima de grande inquietação³⁴.

Sobre as implicações da conjuntura política no movimento grevista já tivemos ocasião de avançar que são bem visíveis quando da implantação da República, como estímulo para o desencadear de greves (registámos 535 greves em 1910, das quais 338 ocorrem apenas no último trimestre e 419 em 1911), e também em 1917 (256 greves, faltando estudar sistematicamente um trimestre). Verificámos também a influência positiva destas conjunturas políticas na alta percentagem de greves ofensivas e vitoriosas. Na trintena que estudamos agora com maior profundidade não nos parece legítimo concluir que tenha havido qualquer influência visível da revolta fracassada do 31 de Janeiro, nem mesmo se observarmos — o que não cremos muito significativo — que 1892 representa um dos anos de frequência mais baixa (apenas 12 greves).

Na perspectiva da influência do movimento grevista e operário em geral na cena política, devemos reconhecer à partida que nem depois da revolução republicana ele apresenta força suficiente para exercer influência predominante nos grandes momentos de decisão política. Mas é igualmente errado afirmar ser insignificativa a influência do movimento grevista e operário na evolução política ou que, imediatamente antes e após o 5 de Outubro, o movimento operário tenha estado dominado, instrumentalizado pelo movimento republicano.

Quando analisamos, por exemplo, a curva da frequência das greves em relação com a evolução política, verificamos, como um dos factos mais significativos, que em 1909, isto é, antes da revolução republicana, se atinge, com o número de 173, o ponto mais alto até aí alcançado pelo movimento grevista em Portugal. Este facto, reflectindo expressivamente a crescente deterioração das condições sociais, é também um poderoso agente de instabilidade social que não poderá deixar de ser tido em conta para a compreensão das condições favoráveis que antecederam a revolução republicana e tornaram possível a sua vitória. Não se poderá dizer que foi o Partido Republicano a lançar e orientar o movimento grevista, mas sim que foi este um dos factores sociais mais influentes na preparação de condições favoráveis à alteração do regime; visto, até, que a natureza predominantemente ofensiva do movimento grevista imediatamente anterior à revolução republicana é um índice que mostra expressivamente um considerável grau de ruptura da consciência operária com a situação existente.

O muito elevado número de greves após a revolução republicana mostra que a República não dominou o movimento operário, mas sim que este,

³³ Suplemento ao mesmo número de *O Trabalho*.

³⁴ *O Trabalho* de Setembro de 1872.

sem organização forte, sem objectivos políticos, sem um partido político que disputasse o poder, não conseguiu traduzir no nível político a inegável influência que exerceu no plano social. E como não concluir o mesmo em relação ao conturbado ano de 1917, em que nas 256 greves contabilizadas em três trimestres se atinge o número de 268 000 grevistas?